dades encontrava-se justamente a Biblioteca Nacional, que foi

definitivamente incorporada ao Império do Brasil.

Existe uma lenda, aqui e em Portugal, segundo a qual a Biblioteca Nacional teria sido um dom do príncipe, ou um presente magnânimo dos portugueses, ou, até mesmo, que ela aqui ficou, não voltando portanto ao seu lugar de origem,

Lisboa, por esperteza e malandragem dos cariocas.

Tudo isso é falso. A publicação portuguesa Panorama, de 1844, na página 229, aceita essa lenda e vota pela primeira alternativa: "Deve a Cidade do Rio de Janeiro a bibliotheca publica que hoje possue á generosidade do príncipe regente." * É falso. A Biblioteca Nacional foi comprada ao príncipe, e regiamente paga, tendo sido o seu preço avaliado, em moeda da época, em 800 contos de réis, quantia considerada, então, exorbitante. A discussão em torno de alguns detalhes da Convenção Addicional ao Tractado de Paz e Amizade, que poria um fim às exigências portuguesas e faria com que Portugal reconhecesse oficialmente a nossa Independência, não brilhou pela cordialidade nem pela justiça. Tudo o que os portugueses trouxeram ou ganharam no Brasil, durante a época colonial, até mesmo a viagem de ida e volta de D. João VI e da sua corte foi pago pelo Brasil, e muito bem pago, regiamente pago, e em moeda forte. O Brasil teve de pagar, ainda, todos os bens e objetos que os portugueses não puderam ou não quiseram levar para a sua terra, como as fazendas, ranchos e quintas que aqui possuíam, metade da dívida pública de Portugal, a Biblioteca Nacional, as equipagens, as pratas, os navios, os soldos atrasados dos militares, as armas que não se puderam transportar etc. etc. O historiador português Rocha Martins, escandalizado com as exigências dos seus compatriotas e a ingenuidade dos brasileiros em aceitá-las, diz que só faltou os portugueses exigirem do Brasil, e os brasileiros pagarem, "as suas árvores gigantescas, as suas aves polícromas, as suas vastas águas e as minas profundas, a cintilação do seu sol e dos olhos de suas mulheres, as cristas

^{*} Bem mais recentemente, 1992, os historiadores portugueses Manuela D. Domingos, Inês Lopez e A. Braz de Oliveira escreveram, em artigo conjunto, que "no regresso a Portugal, D. João VI trouxe apenas os 'Manuscritos da Corte', tendo doado ao Brasil a Biblioteca Real" (in *Boletin da ANABADA*, Madri, nº 3-4, jul.-dec. de 1992, p. 370).